



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu quero agradecer aos servidores da Casa, quero agradecer aos nossos visitantes, aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias que estão pela Casa também em várias audiências.

Sejam bem-vindos! Os colegas Deputados da Casa os recebem com carinho, os nossos colegas Deputados e as Lideranças.

A nossa Presidenta, a Senadora Daniella Ribeiro, há pouco se comunicou comigo. Ela está fazendo a defesa de uma PEC num debate lá no Senado e solicitou que nós fizéssemos a coordenação desses trabalhos.

Declaro, então, iniciada a 12ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2023, da CMO, de minha autoria, aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 26 e 27 de setembro, em atendimento ao art. 4º, combinado com o inciso II do art. 105 da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, com a finalidade de ouvir a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Sra. Simone Tebet, e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Márcio Costa Macêdo, que já se encontram aqui à Mesa e irão prestar os esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 28, de 2023, do Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a Ministra e o Ministro disporão de 30 minutos para fazerem as suas exposições, só podendo ser aparteados desde que os mesmos permitam.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.



Informo que a lista de inscrição está aberta. Os Parlamentares que quiserem fazer a inscrição podem tratar com a assessoria.

Agradeço aos demais integrantes presentes, ao nosso coordenador Fidelis, que coordena o conjunto de consultores, aos quais já quero agradecer, a toda a equipe montada, no Senado e aqui na Câmara, para dar acompanhamento a uma peça tão importante como o PPA.

Eu queria dizer, neste início da nossa reunião, Ministra Simone Tebet e Ministro Márcio Macêdo, nossos Ministros presentes, que eu estou há muitos anos aqui na Casa, como também já fui Deputado Estadual no Rio Grande do Sul. Quando vem a peça orçamentária, a PLOA, que é o orçamento do ano, e quando vem a Lei de Diretrizes Orçamentais, sempre há uma atenção maior sobre esses pontos porque eles dizem diretamente quanto do orçamento vai para a saúde, quanto vai para a educação, quanto vai para a rodovia, quanto vai para tal obra, que são pontos definidos na peça orçamentária anual.

Quando se apresenta o PPA — que é um projeto mais a longo prazo, são 4 anos das iniciativas do Governo, nas esferas federal, estadual ou municipal —, não há tanta mobilização e atenção sobre esse aspecto, que é um planejamento de diretrizes, de metas de médio prazo.

Eu tive a confiança do meu partido, da CMO, das nossas Lideranças no Congresso — e eu agradeço ao Presidente do Congresso, o Senador Pacheco, e à Presidenta da Comissão, a Senadora Daniella Ribeiro —, que referendaram que eu pudesse ser o Relator do PPA.

E eu fiz questão de realmente ressaltar isso na abertura deste trabalho aqui. Assim como nós damos, colegas Deputados, atenção ao PLOA, atenção à LDO, que são peças orçamentárias anuais, que nós também déssemos atenção ao PPA, porque é exatamente aqui que nós vamos expressar que Brasil nós queremos, que futuro nós queremos.

E eu quero parabenizar a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, que andaram pelo Brasil por designação do Presidente Lula para, em cada Estado



da Federação brasileira, fazer audiência pública, ouvir a comunidade, falar com as lideranças empresariais do mundo do trabalho, de cooperativas, de lideranças políticas no País inteiro. Eu tive a satisfação de acompanhar algumas dessas atividades pelos Estados afora.

Fez-se também, por presença virtual, a participação da sociedade brasileira e uma retomada da democracia com os conselhos, no Fórum Interconselhos, que vai ser apresentado logo na sequência pelo Ministro Márcio Macêdo, com toda essa mobilização que foi feita. E nós queremos desafiar, nesse encontro hoje aqui, a continuidade desse projeto, porque eu ouvi, com muita tristeza, uma notícia um tempo atrás que dizia o seguinte: *"O PPA discutido há 4 anos cumpriu apenas 18% a 20% do que havia sido definido"*. Não, isso não nos serve mais hoje em dia.

O que nós queremos hoje é parabenizar o Governo, que voltou a ter o Ministério de Planejamento, que não teve no Governo passado, que voltou a ter uma coordenação para projetar o Brasil para o futuro, para pensar políticas para a vida no dia a dia e projetar o futuro, conectado com a vida concreta, como nós teremos agora a apresentação daquilo que é o mais problemático hoje: situações do clima, situações de miserabilidade, outras tantas situações que precisam de política pública para serem solucionadas e que serão exatamente objeto da apresentação de hoje. Então, haverá metas, haverá indicadores e haverá mecanismos de controle social. Eu considero isso muito importante.

Nesse sentido, nós aprovamos esta audiência de hoje na Comissão Mista de Orçamento, e aprovamos também, sobre os três eixos que serão apresentados agora, desenvolvimento social, econômico e democracia, outras audiências para aprofundar esses temas, chamando sempre a sociedade civil, e o Parlamento fará, a partir de agora, nesses próximos dias, o debate e o aprimoramento dessa peça que foi construída com tanta participação, tanto carinho e tanta qualidade.

Então, quero passar a palavra para a nossa Ministra Simone Tebet, do Ministério do Planejamento, que fará a exposição do PPA 2024-2027.

Tem a palavra a Ministra.



A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas. É uma alegria muito grande estar aqui na Comissão Mista de Orçamento pela — não sei ao certo — quarta vez este ano. Sempre que eu for convidada, ou mesmo convocada, será um prazer estar aqui conversando com o Congresso Nacional, que também foi a minha casa por 8 anos, quando fui Senadora da República.

Mas hoje é um dia especial, porque nós vimos para falar de coisas boas, para falar do Brasil dos nossos sonhos, mas, mais do que isso, do Brasil que nós queremos para os próximos 4 anos e que temos condições de executar nos próximos 4 anos, ou seja, vimos para falar do planejamento participativo, um PPA que foi feito pelas mãos, direta ou indiretamente, dos 203 milhões de brasileiros.

Este é o PPA mais participativo da história, porque também contou, pela primeira vez, com o mundo digital. Então, as pessoas que não puderam estar nas plenárias puderam, pelo computador, externar os seus votos. Toda essa parte da participação da sociedade brasileira eu vou deixar para o Ministro Márcio Macêdo, que é o nosso Secretário de Participação Social, que, entre outras coisas, é o nosso Ministro que está ao lado do Presidente Lula em toda essa pauta da participação social. E mais importante do que isso é a consciência de que este Governo — eu tenho a grata satisfação de fazer parte do Governo do Presidente Lula — reconhece que uma democracia se faz verdadeiramente forte quando ouve o povo, quando atende às reais necessidades do povo brasileiro. Ter o privilégio de andar por quase todas as capitais — só não pude fazer isso em um final de semana, porque estava com COVID e não consegui visitar todos os Estados do Norte — e conversar com a população brasileira foi, acima de tudo, um aprendizado. Com humildade, eu digo que aprendi muito. E fomos lá muito mais para ouvir do que para falar.

São 15h10min. Eu vou me ater a, no máximo, 15 minutos, e não aos 30 minutos, porque acho importante, em uma plenária, ouvir as perguntas e poder debater o tema. Eu vou rapidamente passar algumas lâminas. Vou pular muitas



delas porque, repito, quero terminar minha fala em, no máximo, em 15 minutos ou em 25 minutos.

Mas quero dizer que este PPA, acima de tudo, carrega em si uma grande responsabilidade: a responsabilidade de ser o primeiro PPA após a maior pandemia sanitária que a nossa geração já viveu. E aqui sei que estão presentes agentes comunitários, agentes de saúde, agentes de combate às endemias, profissionais e servidores federais que sabem que, ao lado dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos, ajudaram a salvar o Brasil. Deixo aqui o nosso reconhecimento e agradecimento, porque sei que vocês entram na casa das pessoas. *(Pausa.)*

Fui Prefeita — o Ministro Márcio sabe disso — e sei que vocês entram na casa das pessoas e fazem não só o papel de vocês, mas também de psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, verificam o estado de saúde da criança, da família, da mulher, e fazem o encaminhamento. Então, registro aqui o nosso reconhecimento.

Mas este é o PPA mais importante, porque vem depois de um período tenebroso, de uma pandemia que nos assustou, uma pandemia que tirou tantas vidas. Quantos irmãos e familiares perdemos!

Esse PPA, se nós o espremermos — e eu gostaria de apresentá-lo aqui —, será a primeira peça para que possamos ter os sonhos das pessoas realizados. O PPA faz parte do orçamento brasileiro. Nós temos três peças orçamentárias: o planejamento de médio prazo dos próximos 4 anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é elaborada todos os anos; e o Orçamento, que direciona aqueles quase 6 trilhões de reais — 5 ponto alguma coisa — para saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, enfim, para a Previdência, entre outras coisas.

Mas o PPA é o grande guarda-chuva. Ele abarca todos os programas e todas as ações. Acredito piamente que esse PPA não vai ficar nas gavetas do



Congresso Nacional ou dos Ministérios. E vocês vão ver o porquê. É porque ele tem três inovações fundamentais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para vocês terem uma ideia, já na terceira linha, vemos que o PPA foi elaborado com a participação dos então 37 Ministros do Presidente Lula, do Governo Federal. Foram feitas 125 oficinas, com mais de 4.400 servidores. Essa parte eu deixo para o Ministro Márcio, então podemos pular.

Depois de tanta conversa, ouvindo os conselhos, ouvindo a sociedade, nós poderíamos resumir o PPA nesta página. O PPA veio para o Congresso com 800 páginas. Se nós pudéssemos espremer o PPA, nós teríamos essa pirâmide, de baixo para cima, um funil invertido.

Se começarmos a análise pela parte de baixo, veremos que 88 programas foram fruto de mais de 464 objetivos específicos que nos foram apresentados. Então, mais de 480 objetivos geraram 88 programas que, quando fomos analisar, basicamente falavam de três eixos. Portanto, o PPA, o Brasil que queremos, resume-se em três eixos.

Vou ler aqui no papel, para não ficar com torcicolo.

O primeiro eixo é o do desenvolvimento social e garantia de direitos — combate à pobreza e à miséria; diminuição da desigualdade social; educação básica, saúde etc. O segundo é o eixo econômico e ambiental. Trata-se do eixo da geração de emprego, renda, da formalidade. É o eixo relacionado ao desenvolvimento — indústria, comércio e serviço — com o olhar voltado para a questão ambiental, a questão climática. E todos nós já estamos sofrendo ou com a seca na Amazônia, ou com ciclone no Rio Grande do Sul, ou com o calor em cada cidade da Região Centro-Oeste, como é o nosso caso.

Então, este PPA foi resumido em três eixos, com todos os objetivos. E quais foram as palavras que mais apareceram, que saíram da boca da população brasileira? Elas estão nesses valores escritos ali. É impressionante como a população brasileira falou em democracia, diversidade e justiça social,



sustentabilidade socioambiental, participação social, atuação colaborativa, responsabilidade fiscal e social e excelência na gestão.

Se resumirmos tudo isso, aquelas 800 páginas, e dissermos: *"Não quero essa lâmina; diga-me em uma única frase qual é o Brasil que os brasileiros querem para os próximos anos, qual é a visão de futuro"*, a resposta está em uma única frase, que foi homologada por todos os conselhos. Palavra por palavra dessa frase foi pensada, que é a visão de futuro dos brasileiros.

Se pudéssemos resumir em uma única frase — que não é nossa, não é a frase da Ministra Simone, nem do Ministro Márcio, nem do Presidente Lula, mas é a frase que extraímos de todas as respostas, inclusive com a ajuda da Internet, daquelas nuvens onde procuramos palavras, depois de muito trabalho de toda a equipe, a quem depois vou agradecer nominalmente — qual Brasil o Brasil quer, a frase seria: *"Um País que seja democrático, justo, desenvolvido, ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades"*. Esse é o Brasil que nós queremos.

A grande pergunta agora é: como fazer com que esse Brasil se torne real? Ele não vai se tornar pleno em 4 anos, mas nós temos condições de entregar, neste mandato do Presidente Lula, um Brasil muito diferente, porque, com base no planejamento, nós e o Congresso Nacional temos condições de elaborar leis justas, leis que atendam a esses objetivos, para que depois os Ministérios executem as políticas públicas. Cito como exemplos: zerar filas de exames, cirurgias e consultas no SUS; construir creches para garantir o acolhimento às nossas crianças de 0 a 5 anos, para que as mães possam trabalhar; garantir efetividade, especialmente nas políticas de geração de emprego com carteira de trabalho, aumentando a renda, diminuindo impostos dos mais pobres, taxando impostos para aqueles que ainda não estão sendo tributados, que são os super-ricos, entre outras coisas.



Então, diante desse cenário — eu já estou indo para o final da minha apresentação e quero ser bem econômica com as minhas palavras —, eu vou falar de três coisas.

Nós temos um número positivo a ser apresentado. Como garantir casa para todo mundo que precisa? Como gerar emprego? Como garantir saúde pública, por meio do SUS, que atenda realmente os mais pobres? Como garantir remédio na Farmácia Popular, entre tantas coisas? O nosso Orçamento, o Orçamento brasileiro, no geral, está estimado em 13 trilhões de reais. Como nós temos que tirar das estatais e de outras coisas que não são do Orçamento, nós ficamos com 8 trilhões e 800 bilhões. Isso não é pouca coisa. Pode não ser o suficiente, mas não é pouca coisa.

Daí vem a importância do planejamento. Há um ditado — ele é verdadeiro, é uma grande responsabilidade, uma grande dificuldade nossa — que diz que o Brasil arrecada muito imposto, e arrecada mal. Lamentavelmente, o maior imposto no Brasil, normalmente, é o imposto do consumo, e quem mais consome no Brasil são os mais pobres.

Tão grave quanto arrecadar muito, é que o Brasil gasta muito — os Governos, de um modo geral, Estados, Municípios e Governo Federal — e gasta mal, porque não há diretriz, não há um planejamento. Ninguém tem paciência para sentar e falar: "*Vamos ver até onde chega*". E eu falo fazendo *mea-culpa*, porque eu fiquei 8 anos no Senado Federal, e muitas vezes nós aprovamos medidas sem saber se lá na ponta ela será eficiente ou não.

Esse PPA tem a capacidade de começar a mudar esta realidade, ou seja, ele é uma carta, uma ferramenta de trabalho para os nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que buscam, da melhor forma possível, atender os interesses da sociedade brasileira.

Como eu não estou querendo falar de tudo, eu peço desculpa, porque eu já estou indo para o encerramento da minha apresentação. Se vocês observarem, verão que são três as novidades do PPA. Uma delas é que, pela primeira vez —



olhem a primeira coluna à esquerda de vocês —, estão as prioridades, como sempre estiveram, de acordo com votação.

Então, a prioridade do povo brasileiro é combater a fome e a miséria no Brasil — e não poderia ser diferente num Brasil tão desigual. A segunda prioridade, educação básica; a terceira, saúde, Atenção Primária Especializada; neoindustrialização, com a geração de emprego e renda; construção de casas, muito fortemente associada ao Novo PAC, programa de aceleração; e, por fim, a questão ambiental.

Mas a novidade está no segundo ponto: as agendas transversais. Esse é o PPA que faz a seguinte pergunta para cada Ministro e para cada Ministra do Presidente Lula: *"O que vocês vão fazer para a criança e para o adolescente? O que vocês vão fazer para a mulher? O que vocês vão fazer em relação à igualdade racial e ao combate à discriminação? O que vocês vão fazer para os povos indígenas e para o meio ambiente?"* Foi isso o que nós extraímos da sociedade brasileira.

A última lâmina mostra os indicadores. A novidade — e talvez seja a que mais interesse e que pode ser uma boa ferramenta de trabalho para os Deputados e Deputadas, para a imprensa e para a sociedade civil nos cobrarem — é esta aqui.

Nós estabelecemos para nós mesmos, Ministros e Ministras, metas para cumprirmos. *"Que Brasil nós vamos entregar em 2026?"* Então, eu vou tratar somente de dois indicadores. O primeiro é a taxa de extrema pobreza. Em 2022, fruto da pandemia, nós chegamos, lamentavelmente, a um país com 6% de miseráveis. Não são pobres; são pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, que não fazem todas as refeições por dia, que não têm o que comer, que não têm onde morar, que têm uma condição extremamente precária. Qual é a meta que o Governo se impôs? A ideal, que é a verde, é chegarmos a uma meta de 2,7%, diminuindo-a para menos da metade. E a meta que não é a ideal — poderia ser, mas nós acreditamos que vamos conseguir chegar — é a meta de 4%, 4,78%.



Nós temos inúmeros exemplos. Eu vou citar um último exemplo aqui: a taxa de desemprego. A taxa de desemprego estava em 2022 em 9,25%. Já sabemos, agora, que estamos próximos dessa meta de 6%, porque o IBGE acabou de dizer, depois de 8 meses, que nós estamos com uma taxa de desemprego de 7,9%. Mas ainda não estamos sossegados com isso, porque precisamos diminuir o desemprego no Brasil. Queremos chegar a 6,63%.

Então, temos indicadores sobre todas as áreas: meio ambiente, industrialização, saúde, educação, construção de casas populares, assentamentos com agricultura familiar. Há indicadores para todos os gostos.

As prioridades estão todas demonstradas, como eu já comentei.

Eu já estou terminando minha exposição. Quero apenas fazer um agradecimento em relação aos parceiros.

Eu acabei não falando do nosso Relator. Fui dando um boa tarde para todo mundo e acabei não agradecendo aqui a oportunidade. Então, na pessoa do nosso Relator-Geral do Plano Plurianual, Deputado Bohn Gass, de novo eu cumprimento os Parlamentares.

Quando o Presidente Lula me convidou para estar no Ministério do Planejamento e Orçamento e recriou o Ministério do Planejamento, eu fiz uma brincadeira com ele e disse o seguinte *"Presidente, eu não estou aceitando o Ministério do Planejamento e o Orçamento pelo Orçamento, eu estou aceitando o Ministério do Planejamento e Orçamento pelo planejamento"*. Fazer orçamento até que é fácil, é só dizer: *"Pode ou não pode, dá ou não dá, paga ou não paga"*. É um cara, crachá, de acordo com a legislação. Mas nós não queremos fazer um Orçamento malfeito. Nós não queremos gastar mal o dinheiro dos impostos do povo brasileiro.

Então, está na hora de o Brasil mudar a cultura. Nós temos que mudar a cultura. Como uma dona de casa que pega o salário do companheiro e faz a conta para ver no que ela vai gastar. Primeiro, ela paga aluguel e põe comida na mesa, para, depois, se der, comprar um tênis para um filho. Da mesma forma, o Governo



Federal precisa ter prioridades. Que bom que as prioridades foram elencadas pelo povo brasileiro! E, agora, cabe a todos nós cumpri-las.

Como não se faz nada sozinho, esse PPA, que é fruto da participação popular, não foi feito somente pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Ele foi feito por mãos de diversos Ministérios, diversos parceiros.

Então, eu gostaria muito de agradecer ao IPEA, que todos vocês conhecem. Aqui, está a Presidente Luciana Servo.

Por favor, Luciana dê um oi. *(Palmas.)*

A Luciana Servo é uma grande especialista na área da saúde. Sabe tudo e mais um pouco de estatística, de pesquisa e dá uma aula sobre saúde pública no Brasil.

Eu gostaria de agradecer à ENAP, da Ministra Esther, a nossa parceira, a nossa escola do Governo.

Eu gostaria de agradecer ao IBGE, que mostra os números, quem somos, quanto somos. É o IBGE que diz quem somos, onde moramos.

E tivemos a parceria de dois bancos, que ajudaram no financiamento com pequenos valores. Eu gostaria muito de agradecer ao CAF e ao IDB, que hoje é presidido por um brasileiro.

Eu deixei por último o mais importante. Nada disso seria possível se não fosse a determinação do Presidente Lula de mandar que eu e Márcio andássemos o Brasil. O Márcio e o Renato especialmente nos propiciaram esse contato com a sociedade civil.

Leany, se não fosse você, nós não teríamos o PPA que temos hoje. Então, você, que é a Secretária Nacional de Planejamento... *(Palmas.)*

Os diretores podem levantar a mão, por favor? Estão ali escondidinhos. *(Palmas.)*

Enfim, eu quero dizer para vocês o seguinte. O sucesso do PPA não é mérito nem do Ministro Márcio nem da Ministra Simone. O sucesso do PPA é mérito do



povo brasileiro, que participou, e dessa equipe técnica competente. Nós só assinamos o ofício para mandar para o Congresso Nacional.

Eu fiquei exatamente no meu tempo de 15 minutos e 25 segundos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - A Senadora, agora Ministra, é disciplinada, como sempre. Ficamos muito felizes por isso.

Simone, eu ia exatamente fazer referência à Leany e a toda a nossa equipe. A Bete acompanha tudo por meio do nosso gabinete e coordena, junto com o Fidelis, a equipe de assessores e de consultores da Casa. Ela tem sido a pessoa que tem dialogado diretamente com a sua equipe e com a Leany.

Eu queria fazer referência ao Renato Simões, que tem sido companheiro nos debates, e ao Bira, que também está aqui. A equipe está sempre debatendo esses temas. Essa mobilização vocês fizeram juntos. Eu sei que o Lula determinou que esses dois Ministros andassem pelo País.

Então, eu quero, na pessoa do Renato e da Leany, agradecer também por esse trabalho conjunto que está sendo feito neste momento.

Eu vou passar a palavra para o Ministro, companheiro Márcio Macêdo.

Esse contato, essa vitalidade da organização e da participação popular vocês designam como PPA Participativo — não é, Ministro Márcio Macêdo? Então, eu quero parabenizá-lo por esse trabalho e passar a palavra neste momento para V.Exa.

O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Eu quero cumprimentar todas as pessoas aqui presentes.

Eu quero cumprimentar as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa.

Eu quero cumprimentar o Relator da Comissão Mista de Orçamento, que preside esta audiência pública, meu querido amigo e companheiro Deputado Bohn Gass.



Eu quero abraçar a minha querida colega, amiga, companheira dessa jornada, que foi ouvir o Brasil na sua dimensão continental, a Ministra do Planejamento Simone Tebet.

Eu quero cumprimentar Walbinson Tavares, que secretaria a Comissão que vai nos ajudar a documentar esta importante audiência pública.

Eu quero cumprimentar também os Deputados aqui presentes, meu querido companheiro e amigo Deputado Odair Cunha, Deputado Dorinaldo Malafaia, Deputado Luciano Amaral, Deputado Vicentinho Júnior, Deputado Luiz Carlos Motta, meu querido amigo Deputado Daniel Almeida e Deputado José Rocha, que aqui esteve há pouco.

Eu quero cumprimentar toda a equipe, que fez um trabalho fundamental para que este planejamento pudesse chegar até a Câmara do Povo do Brasil, até o Congresso Nacional. São os profissionais — gestores, técnicos, funcionários, políticos — que atuam no Ministério do Planejamento e na Secretaria-Geral da Presidência, em nome da Sra. Leany e do Sr. Renato Simões, para os quais eu peço uma salva de palmas, pois foram os trabalhadores e trabalhadoras que fizeram este planejamento. *(Palmas.)*

Quero também cumprimentar os meus companheiros agentes de saúde, os meus companheiros e companheiras agentes comunitários de saúde, agente de endemias, agentes de saúde.

(Manifestação na plateia: Palmas.)

A pandemia, que foi uma tristeza, teve um saldo, que foi o reconhecimento do SUS e o reconhecimento do trabalho dos profissionais de saúde, em especial de vocês, homens e mulheres que estão cotidianamente na casa das famílias brasileiras. Vocês muitas vezes são pais, são mães, são irmãos, são psicólogos, são assistentes sociais, são tudo, porque muitas vezes a única pessoa que chega àquela família, com a rapidez tem que chegar, é o agente de saúde. Eu quero parabenizar e abraçar vocês pelo trabalho e dizer que a luta de vocês é importante.



Então, que Deus os abençoe. Que Deus pague a cada um de vocês pelo que fizeram pelos brasileiros e brasileiras durante o processo da pandemia.

(Manifestação na plateia: Palmas.)

Eu vou ser breve também. Mas eu queria, inicialmente, dizer para vocês que o trabalho que eu e a Ministra Simone Tebet fizemos, o trabalho que nós lideramos no Governo do Presidente Lula, não tem nenhuma incongruência, não tem nenhuma competição com o trabalho, que é legalmente garantido, que os Deputados e os Senadores irão fazer no debate do planejamento.

O planejamento é uma peça legal, que tem como ápice o debate, a votação na Casa do Povo do Brasil. O que nós fizemos foi apenas um processo para que o planejamento pudesse chegar aqui, para que os Deputados, as Deputadas, os Congressistas pudessem cumprir o seu papel constitucional, a partir não só de um trabalho técnico, político, realizado pelo Governo do Presidente Lula, mas que tivesse também as impressões digitais do povo brasileiro, representando a dimensão do nosso País e a composição da gente brasileira.

Então, o que nós fizemos foi por determinação do Presidente Lula. O Presidente chamou a mim e a Ministra Simone e nos disse: *"Olha, eu não quero que o planejamento, no meu Governo, seja feito apenas pelos Ministros e pelos técnicos. Este País passou um tempo em que a participação social foi obstruída, dificultada. Então, é importante que vocês rodem o País e que possam criar as condições para que a população, de forma livre e soberana, possa emitir as suas opiniões, possa debater a situação do País, possa colocar as suas propostas, possa inclusive nos criticar e nos ajudar a fazer a correção de rumo"*.

Esta foi a determinação do Presidente Lula: que nós fizéssemos o planejamento dessa forma.

Então, eu passo agora a dizer a vocês o que é que nós fizemos para chegar até aqui, neste momento importante para cumprimento do papel constitucional das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados do Brasil.



Quero dizer que estou alegre em voltar a esta Casa. Eu fui Deputado Federal por dois mandatos e tenho muita alegria em rever amigos, amigas, companheiros e companheiras, e estar na Casa do Povo do nosso País.

(Segue-se exibição de imagens.)

A ideia — e foi o que nós fizemos — era ter a mais ampla escuta possível do País, com a participação do povo garantida.

Nós fizemos isso em três grandes dimensões. A primeira foi o que nós chamamos de Fórum Interconselhos, que o Presidente Lula criou, em que foram reunidos todos os conselhos que têm representação nacional. Nós começamos com 20 conselhos, porque houve um processo de esvaziamento nos últimos 4 anos. E chegamos ao final desse processo com 36 conselhos participando dos fóruns.

Na primeira reunião desse conselho, o Presidente Lula fez a apresentação dos grandes eixos estratégicos, da mesma forma que a Ministra Simone fez aqui. Depois, nós fizemos uma reunião, no meio do processo das plenárias, para podermos avaliar o que tinha sido debatido nos Estados brasileiros. E, ao final, juntamente com a Ministra Simone, apresentamos o resultado final, para que o Presidente Lula pudesse assiná-lo. Depois, foi encaminhado para o Congresso Nacional. Nós fizemos 26 plenárias estaduais e uma distrital, das quais participaram 34 mil pessoas presencialmente.

No Brasil Participativo, nós criamos uma plataforma inspirada no Decidim da Espanha, mas com tecnologia brasileira, através da DATAPREV.

Eu quero aqui aproveitar para agradecer, de público, à Ministra Esther e a todos os que fazem parte do Ministério da Gestão.

Nós tivemos uma plataforma que cumpriu um papel fundamental: amplificar o processo de escuta e de participação. Esse foi um trabalho sério, em que cada CPF era uma pessoa, como tem que ser. Todo brasileiro, independente de posição política e ideológica, teve o direito de participar. A Ministra Simone e eu



não participamos porque estávamos coordenando, para não parecer que iríamos influenciar no processo.

Então, 4 milhões de pessoas acessaram a plataforma Brasil Participativo; e 1,4 milhão de pessoas participaram do processo do início ao final. Fizemos três edições dos Fóruns Interconselhos, como eu citei aqui.

Mostro as plenárias que foram mais participativas, as plenárias presenciais.

Vou procurar ser mais rápido. Eu quero só destrinchar os números aqui.

Como eu falei aqui, 1.419 pessoas participaram do processo do início ao final; 8.254 mil propostas foram enviadas para o Governo; foram dados nas propostas dos programas 1.529.826 votos; e 4.087.540 pessoas acessaram a plataforma digital.

Eu coloquei esse gráfico na apresentação para vocês verem como foi engraçado, Deputado Odair, porque a participação no PPA Participativo foi proporcional à população regional distribuída. O Nordeste teve um pouquinho mais de participação. Por exemplo, 27% da população do Brasil está no Nordeste; 31% das pessoas que participaram foram do Nordeste. Houve uma diferença em relação ao Nordeste, para mais, e ao Sudeste, para menos, porque nós começamos pelo Nordeste e nós terminamos pelo Sudeste. No Norte, corresponde a 7,11%, o que ficou praticamente igual. E assim ocorre sucessivamente nas regiões. Essa é a demonstração de que nós procuramos ter uma representação equilibrada de todo o País por igual.

Houve um fenômeno que merece de todos nós uma avaliação. Festejamos muito a significativa participação das mulheres do Brasil. (*Palmas.*)

Estão de parabéns as mulheres brasileiras! Tanto nas plenárias presenciais quanto na plataforma Brasil Participativo, 61% das pessoas que participaram foram mulheres; e 39%, homens. Isso demonstra o protagonismo importante das mulheres brasileiras no processo de definição das políticas para o nosso País.

Nesse planejamento, houve a participação significativa da juventude, mas sobretudo de pessoas com idade entre 30 e 59 anos, consideradas — Deputado



Zé Neto — adultas. Portanto, isso significa dizer que nós precisamos estimular mais a participação dos idosos e da juventude.

Deputado Icaro de Valmir, conseqüentemente, obtivemos o maior percentual de participação da população brasileira.

Eu peço um pouco de paciência para que eu diga como esse volume de debate, de propostas e de votação dos programas foram incorporados pelo Governo, para que os senhores possam ter uma dimensão do que ocorreu.

Os Ministérios analisaram as propostas dos fóruns, das plenárias e das plataformas. Por exemplo, houve reunião do Fórum Interconselhos. Foi apresentada uma série de propostas dos representantes dos conselhos do País inteiro. A equipe técnica do Ministério do Planejamento reunia, avaliava as propostas e fazia as correções, para que se adaptassem à realidade do nosso País. Eles analisaram a priorização feita pelo povo para os 28 programas estratégicos. Nós colocamos 90 programas, sendo que estabelecemos que 28 eram estratégicos, e o povo decidiu, por meio do voto, quais desses seriam os prioritários para serem incorporados ao planejamento. Analisaram as 20 propostas mais votadas por área e as 50 mais votadas, de acordo com viabilidade técnica.

O Governo do Presidente Lula, através do nosso trabalho e da equipe técnica da Ministra Simone Tebet, incorporou 76,5% das propostas que estão no escopo do PPA e foram enviadas aos Ministérios. Foram incorporadas 76,5% das propostas que foram indicadas pelo povo, dos programas que foram votados pelo povo, que estão dentro do escopo do que é o planejamento. Realmente, o planejamento dos próximos 4 anos do Brasil é participativo, porque contou com a participação e a influência do conjunto da população nas definições das políticas. *(Palmas.)*

Tudo isso está no PL do PPA, que está aqui para ser debatido, discutido e aprovado por V.Exas.

O povo fez sua parte, assim como o Governo do Presidente Lula. Agora, a bola está com os senhores e as senhoras para marcarem um gol de bicicleta, para



que o Brasil possa ter um planejamento que norteie suas ações nos próximos 4 anos. Depois da aprovação do Legislativo, deverá virar lei pela assinatura do Presidente Lula.

É importante também dizer que várias propostas não estavam no escopo do planejamento participativo, mas viraram um banco de dados de propostas. A partir disso, a Secretaria de Diálogos, da Secretaria-Geral, está dialogando com cada Ministério, encaminhando essas propostas para os Ministérios, para que sejam objeto de debate, de discussão política, e possam nortear políticas públicas para o futuro do nosso País.

Os programas estratégicos mais votados foram: Enfrentamento da Emergência Climática, Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada à Saúde, Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda — está aí o número de votos —, Turismo, esse é o Destino, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome, Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo, Agricultura Familiar e Agroecologia, Educação Básica Democrática, Juventude: Direitos, participação e bem viver. Obviamente, esses programas também, na sua imensa maioria, estão em sintonia com os que já estavam no planejamento do Governo e saíram também do programa de Governo que o Presidente Lula apresentou no processo eleitoral.

Houve muita sintonia nesse processo, o que facilitou muito o nosso trabalho. Dos temas mais votados na plataforma, a saúde ficou em primeiro lugar, com mais de 360 mil votos. Justiça e segurança pública, em segundo; educação, em terceiro; direitos humanos e cidadania, em quarto; desenvolvimento, indústria, comércio e serviços; em quinto.

Das propostas mais votadas, algumas estavam dentro do escopo, mas outras não estavam dentro do escopo do planejamento. Nós as registramos, como é dever nosso.

A mais votada foi a dos agentes de saúde. *(Palmas.)*



Qualificação técnica e valorização profissional dos agentes de saúde e dos agentes de endemia para a ampliação dos serviços de saúde no SUS. Esta proposta teve mais de 95 mil votos e foi incorporada ao planejamento participativo, que está aqui para ser votado e debatido pelos Deputados e Deputadas.

Logo em seguida, vieram: aumento do piso da enfermagem; reestruturação da carreira salarial dos técnicos administrativos da educação; segurança pública cidadã, segurança jurídica para as guardas municipais; aumento de cargos para a PRF e convocação de todos os aprovados.

Eixos do PPA. Nós tínhamos uma proposta dos eixos que foi apresentada, mas o debate foi mudando. Nós víamos nos conselhos coisas mais efetivas do que as que nós estávamos pensando. Então, tudo foi mudando. As plenárias mudaram muita coisa. Quando se constrói conjuntamente, a possibilidade de errar é menor, a possibilidade de acertar é maior.

Então, esse processo, Sras. e Srs. Deputados, queridos companheiros e companheiras que participam desta audiência, foi um processo meio simbiótico. Nós íamos para os Interconselhos, debatíamos e trazíamos alterações, e a equipe trabalhava. O que estava dentro do escopo era assimilado. Dessa forma aconteceu nas plenárias e na plataforma digital.

Eu queria dizer a vocês, para concluir a minha apresentação, que esse foi um trabalho muito intenso. Nós começamos a preparar isso em janeiro, mas ficamos no chão e na rua durante 3 meses. Esse trabalho, feito basicamente nesse semestre inteiro, foi muito gratificante.

Primeiro, eu queria parabenizar a Ministra Simone e a sua equipe técnica, que, com muito zelo, cuidou do conteúdo técnico e se socializou de forma adequada com todos os Ministérios. Depois, conjuntamente, com a equipe da Secretaria-Geral e com todos os movimentos sociais organizados deste País, com todos os movimentos sindicais e com todos os movimentos populares, que se envolveram diretamente no processo das plenárias presenciais.



Quero agradecer também às pessoas que foram voluntariamente, por compromisso com o País, à plataforma ou às plenárias para colocar as suas opiniões.

O que mais me chamou a atenção nesse processo todo foi a vontade das pessoas de participar. Ouvíamos muito: *"Eu sou brasileiro, eu sou gente, eu quero ajudar o meu País, eu quero contribuir para a minha Nação. Eu estou aqui para ajudar a construir um Brasil melhor, um Brasil solidário, um Brasil responsável para com os seus filhos"*.

Então, o que nós estamos fazendo aqui, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é entregar para vocês o planejamento participativo que foi construído por várias mãos: as mãos do Governo do Presidente Lula, as mãos dos Governos estaduais, as mãos das Prefeituras municipais, as mãos dos movimentos organizados do nosso País e, sobretudo, as mãos do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Ministro Márcio Macêdo.

Quero agradecer a presença dos colegas Deputados.

Nós vamos passar para a fase de interação entre Parlamentares e Ministros.

O primeiro inscrito é o nosso colega Deputado Vicentinho Júnior, por 5 minutos.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PP - TO) - Tentarei ser o mais breve possível, Sr. Deputado Bohn Gass, Presidente desta audiência da CMO.

Inicialmente, cumprimento mais uma vez a Ministra Simone Tebet, por quem — confesso — tenho carinho e respeito. E, por isso, tenho tentado ser o mais comedido possível nas minhas falas, para não ser injusto com a história de ninguém. Cumprimento também o Ministro Márcio Macêdo.

Ministro, participo desta reunião porque, a meu ver, esta é uma das Comissões mais importantes do Congresso Nacional. Boa parte do que vocês disseram é sintetizada nesta Comissão, para que o sentimento da população



brasileira possa se transformar em ações de fato, para que a articulação política possa virar ações de Governo.

E nós acreditamos que os Parlamentares que adentram nesta Comissão trazem os anseios de vossos Estados, por meio do PPA, que será debatido, para que as próximas políticas públicas sejam aplicadas pelo Governo Federal nos Estados e, conseqüentemente, nos Municípios, onde de fato as pessoas vivem, onde o Brasil acontece.

É bonito ver, num dia como este, este auditório cheio. Mais cedo, no Plenário Ulysses Guimarães, houve uma homenagem, presidida pelo Deputado José Nelto, a esses bravos homens e mulheres que compõem a verdadeira saúde pública do Brasil. É lá que tudo acontece. Eles vão e levam saúde. *(Palmas.)*

Eu vi que 95.731 votos — eu até anotei aqui — deram prioridade à valorização da categoria desses agentes. Mas sei que tudo isso só é possível quando o recurso é bem avençado. Eu só sei que tudo isso é possível quando há vontade política, anseio popular e condição orçamentária e financeira de fazê-lo.

Eu aprendi em casa e pouco estudei, mas eu me dedico ao assunto do orçamento. Ando por esta Comissão pela quinta vez, como Deputado Federal, exercendo o mandato pelo meu Estado de Tocantins. Aprendi que dinheiro não acaba, dinheiro muda de mão. Dinheiro, às vezes, muda de prioridade; dinheiro, às vezes, deixa de ser prioridade. O mesmo recurso que hoje paga uma publicidade é o mesmo recurso que compra uma caixa de medicamento em momentos oportunos.

O que me trouxe a esta reunião, Ministra — e ouvi atentamente a sua fala, como na última audiência, e a do Ministro Márcio Macêdo —, foi ter visto uma entrevista da senhora à *CNN* dizendo que não foi questionada a respeito de um empréstimo de 1 bilhão de reais, autorizado pelo Governo do Brasil, através da Confederação Andina de Fomento, à Argentina, país vizinho. Eu me espantei com esse fato. Essas informações estão na imprensa nacional, não é apenas o



Deputado Federal Vicentinho Júnior que fala. Esse país já é conhecidamente devedor de outros empréstimos ao Brasil.

Alguém vai falar: *"Não, mas o dinheiro da CAF não tem a ver com o orçamento do Brasil, porque o Brasil é cossignatário"*. Mas o recurso é um só; depositar recurso do patrimônio brasileiro é uma coisa só. Isso pode não fazer falta hoje para algumas ações do Governo Federal, mas acho que faltará daqui a pouco, porque vejo outros empréstimos malfadados, feitos e autorizados pelo Governo Federal, a outros países, como Cuba — falta-me agora o nome do porto de Cuba à memória. Podemos falar de tantos outros empréstimos que foram divulgados pela imprensa nacional. A história mostra que nos anos seguintes esses recursos fizeram falta para ações de Governo, fizeram falta para ações internalizadas no nosso Brasil.

E eu canso de dizer aqui — já conversei muito com o Ministro Renan Filho — que nós temos que apresentar um calendário das obras estruturantes do Brasil, sejam elas com recurso do Tesouro, sejam elas com empréstimo, sejam elas com recurso que chegue à ponta. O dinheiro do povo brasileiro tem que chegar ao povo brasileiro. Se sobrar, vejamos os vizinhos; não sobrando, eu atendo o povo de minha casa. *(Palmas.)*

Fizemos ontem um debate no plenário da Câmara sobre os fundos constitucionais. O Estado do Maranhão, no seu legítimo direito, reivindicava participação no FNO, já tendo participação no FNE, que é três vezes maior do que o fundo destinado aos Estados do Norte, do qual faz parte o meu Estado do Tocantins.

Eu dizia que nada há contra o Maranhão, mas a favor de um bom senso. A distribuição do bolo em respeito às peculiaridades, às necessidades, às demandas, de forma a permitir que os Estados, os Municípios e o povo brasileiro coexistam. Dessa maneira, isso só se faz com recursos chegando à ponta.

Eu queria entender, de fato, essa notícia que está correndo hoje e que nos causa espanto. Como foi feita a operacionalização desse empréstimo de 1 bilhão



de reais, noticiado pela imprensa do Brasil, do Governo brasileiro ao Governo argentino? A Argentina está vivendo uma das maiores crises financeiras, e eu nunca vi banco dar dinheiro para quem está com dificuldade de manter o seu CPF em dia. O que diremos de um país que está capengando, como está a Argentina? Como é que vão sobrar recursos para podermos aplicá-los em servidores valorizados? (*Palmas.*)

Outrora, esta Comissão, Deputado Bohn Gass — e termino aqui —, foi responsável no Governo passado por chamar 1.500 concursados da PRF. O Governo dizia não ter orçamento. Foi daqui de dentro que saiu a dotação, a solução, a sugestão que fez com que chamássemos 1.500 concursados da PRF.

Deve-se sair daqui dialogando com Ministro, com quadro técnico, com servidores da Casa. Por sinal, a Câmara dos Deputados tem os melhores servidores de orçamento da Esplanada. Como é que nós vamos conseguir cumprir tudo isso? Onde é que está a segurança? Onde é que está a âncora orçamentária que nos permitirá fazer empréstimo dessa magnitude para quem outrora deixou algum prejuízo para o Brasil? Como sobrará dinheiro para que possamos, de fato, atender ao nosso povo brasileiro?

Então, de forma respeitosa, esses são alguns questionamentos que deixo, para que, em momento oportuno, possam ser respondidos. Gostaria que assim fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Quero apenas ordenar os nossos trabalhos aqui. Só um instante.

Trabalhamos, costumeiramente, em blocos. Mas, quando há uma questão específica, às vezes é melhor que seja respondida imediatamente.

Então, eu consulto a Ministra para saber se ela quer responder esse ponto especificamente.

Eu passarei a palavra para a Ministra. Depois, nós continuaremos em bloco para dar um bom andamento aos trabalhos.

Com a palavra a Sra. Ministra.



A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Obrigada.

Eu gostaria de responder, até porque não é PPA e é muito importante. Eu tenho que agradecer, realmente, ao Deputado Vicentinho, que tem sido, em todas às vezes em que eu vim aqui, muito participativo. Ele é um Deputado que tem interesse naquela questão que, talvez, seja a mais importante. Sem o orçamento, nós não temos nada. Sem o orçamento não adianta reivindicar, não há remédio no posto, não há casa para as famílias mais carentes e não há condições de se fazer políticas públicas.

Com relação a essa demanda, eu acordei surpresa com esse fato. Quero dizer que é o contrário. Não é que eu não tenha sido consultada. Eu que não consultei o Presidente Lula. O Presidente Lula não me ligou, não entrou em contato comigo, porque é natural. Eu sou governadora desses bancos e simplesmente voto num banco que não é brasileiro, cujo dinheiro não é do Brasil. Nós temos 8% de participação, mas não é em dinheiro... E o CAF se reúne exatamente como um banco para ajudar os países da América Latina. Ajuda o Brasil, ajuda os Estados do Brasil e ajuda os Municípios brasileiros.

Houve a seguinte demanda: precisamos emprestar por 10 dias — 10 dias apenas — 1 bilhão de reais para a Argentina. Vinte e um países vão votar. A Minha secretária, por minha determinação, foi autorizada a votar favoravelmente, assim como 20 dos 21 países votaram favoravelmente. Todos os países que fazem parte do CAF, desse banco que não é nosso... Não há dinheiro federal, brasileiro, lá. Não estamos tirando dinheiro do Brasil para colocar lá. Isso foi temporário. Portanto, nós aprovamos isso. Tanto é verdade que a Argentina já pagou o banco. Portanto, a Argentina não deve nada.

Agora, vamos lembrar. Pensando no lado do Brasil — e essa foi a razão do nosso voto —, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil é a Argentina. Nós vendemos para a Argentina, nós exportamos para a Argentina. A Argentina ajuda a garantir emprego para o povo brasileiro. Então, se vocês perguntarem para



todas as indústrias, empresas que fazem comércio com a Argentina... *"Nós, sim, estamos muito preocupados com a situação econômica e financeira."*

Então, agradeço demais ao Deputado Vicentinho pela oportunidade de esclarecimento, porque a imprensa veio me questionar: *"O Presidente ligou?"* Pelo contrário! Eu é que não liguei para o Presidente para falar que ia votar favoravelmente a algo que é corriqueiro, como governadora e Ministra do Planejamento e Orçamento. Quando não há nada de mais, o processo é comum. Eu sou governadora de alguns bancos. Nós temos processos e pedidos diários, assim como nós também pedimos para ministros de outros países que nos acompanham. Quando muito, foi o que aconteceu nesse caso e em outros casos, nós temos, às vezes, um grande apoio do Ministério das Relações Exteriores, que consultamos para saber como os embaixadores de outros países vão votar. Isso é muito natural.

Então, eu gostaria imensamente de agradecer e deixar aqui de novo três pontos: fui eu que tomei a decisão, o Presidente Lula não me acionou; todos os países acompanharam, não houve dinheiro do Governo Federal, não houve dinheiro de Governos estaduais e municipais; e a Argentina, que precisava de um fôlego naquele momento, porque disso dependiam outros empréstimos para a sobrevivência do país, já pagou à CAF no tempo hábil — não sei se foi em uma semana ou em 10 dias.

Muito obrigada, Deputado. Agradeço imensamente, porque V.Exa. me permite, pela *TV Câmara*, dar essa resposta. Espero que toda a imprensa esteja acompanhando, porque o meu celular está com pelo menos 15 pedidos de entrevista em relação a esse assunto.

Obrigada.

Se houver alguma pergunta a respeito do PPA, estou à disposição também.
(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Tudo bem, Deputado Vicentinho? Eu agradeço a V.Exa. também por pautar esse ponto tão importante na conjuntura do dia.

Seguimos, então, com as inscrições. O próximo inscrito é o Deputado Zé Neto.

Deputado, V.Exa. está com a palavra. *(Palmas.)*

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA) - Quero saudar a Mesa, o Deputado Bohn Gass, o Ministro Márcio, a Ministra Simone Tebet. É um prazer imenso recebê-los aqui.

E quero saudar essa turma linda, maravilhosa de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias de todo o Brasil, que hoje fizeram novamente uma grande festa. *(Palmas.)*

Hoje é 4 de outubro, Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Eu já os acompanho há mais de 30 anos. Para mim, é uma alegria imensa estar aqui recebendo vocês.

Ministra Tebet, de todas as categorias, de todas as organizações do Brasil, essa categoria é a que mais abraçou, a que mais contemplou e a que mais participou do Orçamento Participativo, do PPA, das reuniões e que ofereceu sugestões. Então, isso é muito rico. Isso é um caminho para mostrar o que é a política. E, diga-se de passagem, nós conseguimos conversar com todo mundo: partidos à esquerda, partidos à direita, partidos de centro.

Quero saudar todos os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias em nome da Presidenta que está aqui conosco, Sra. Hilda Angélica, e dizer que essa é uma sensibilidade, eu diria, de civilização mesmo, porque, quando chegamos ao Parlamento, encontramos, por exemplo, algumas pessoas que são contra algumas medidas apenas porque o Governo que está de plantão é de um partido que não é o delas, numa estupidez e num distanciamento de realidade que me deixam, às vezes, impressionado.



Hoje eu vi gente aqui defendendo que o *e-commerce* permaneça com aquela isenção de 50 dólares e que nós temos que enfrentar aquilo. Defendiam que permaneçam as isenções e os métodos de perda de competitividade nacional, isso porque é o Governo do Presidente Lula que está neste momento tentando solucionar, junto com esta Casa. Aliás, a medida é mais da nossa Casa do que do Governo, mas o Governo é favorável a dialogar. E hoje a sua presença aqui, Ministra, junto com o Ministro Márcio, é mais uma demonstração da importância de estarmos aqui hoje para receber as críticas e as informações necessárias. Não haverá nenhum sucesso, nenhuma construção e nenhuma solução para o Brasil, se não tivermos essa capacidade. Essa é a espinha dorsal do que nós estamos construindo.

Ministra, como eu havia dito ao Deputado Bohn Gass, recebi vários pedidos sobre várias situações, e faço questão de ressaltar a importância de tomarmos a frente dos investimentos na educação, que são fundamentais. O Brasil ficou para trás. Sofremos nos últimos anos a redução dos investimentos, principalmente em tecnologia e inovação. Nossas universidades precisam avançar. Feira de Santana tem um pleito nessa área, que não é só daquela minha cidade. Precisamos ter o cuidado de valorizar os pleitos relacionados à inovação e tecnologia, porque a nossa competitividade precisa dar saltos qualitativos, especialmente na saúde e na tecnologia de ponta. Só assim poderemos ter condição de competir com o resto do mundo em todos os aspectos da produção, como na produção científica que vai para a indústria, que vai para o setor biológico, que vai para a agroindústria, que vai para o campo, que vai para o sertão, que vai para os agentes comunitários, que vai para a medicação. Eu pedi que tivéssemos esse cuidado.

Quero saudar a Reitora Georgina e o ex-Reitor Fábio, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que estão aqui conosco para trazer o pleito da construção de um *campus* daquela universidade em Feira de Santana, cidade onde eu moro. Esse não é um pleito só meu para aquela cidade. Precisamos ter esse olhar para dar saltos de qualidade, porque não se trata de



gasto, trata-se de investimento. Eu vejo a Ministra Simone Tebet fazer o que nós já vínhamos fazendo na Bahia, que é considerar a qualidade do gasto, isto é, a realização do melhor investimento. Na Bahia, já fazemos isso há algum tempo. Aliás, o nosso Governador Jerônimo está reunido agora com nossa bancada.

Ministra, fiz questão de trazer esse nosso pleito e de elogiar o seu comportamento, que acima de tudo é democrático e republicano, ao olhar para o Brasil com sensibilidade. Com certeza, a qualidade do gasto deve fazer parte desse emblema maravilhoso, dessa construção que está sendo feita no PPA.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Zé Neto.

Nós vamos seguir ouvindo agora o nosso colega Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Relator Deputado Bohn Gass, Ministra Simone Tebet, Ministro Márcio Macêdo, é uma alegria ter oportunidade de falar nesta audiência pública, porque nós estamos retomando métodos de planejamento no Brasil e garantindo previsibilidade. Essa é uma questão central em qualquer...

O Deputado Zé Neto vai tirar a foto?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Seu tempo vai ficar garantido, Deputado Odair Cunha.

Agradeço a presença nesta reunião ao Deputado Zé Neto, que coordenou hoje de manhã a audiência pública e a nossa sessão solene.

Deputado Odair, V.Exa. pode continuar.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG) - Presidente, eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade de falar com a Ministra Simone, com o Ministro Márcio, com todos os pares que estão nesta Comissão e com aqueles que nos acompanham remotamente.

De fato, o instrumento de planejamento é central para inspirar credibilidade. Se o Brasil quer se vocacionar e se efetivar como um grande País, com



desenvolvimento econômico e inclusão social, é preciso atrair investimentos, e para isso é necessário haver previsibilidade. O regime fiscal que nós votamos aqui, encaminhado pelo Governo do Presidente Lula a esta Casa, debatido exaustivamente na Câmara e no Senado, mostra que este Governo quer planejar, quer fazer um pacto com a sociedade em torno daquilo que nós precisamos arrecadar. Neste plano está o que nós precisamos entregar para a sociedade como política pública e, como foi bem lembrado pelo meu colega Zé Neto, medindo qualidade da política pública.

A Ministra acabou de receber a demanda de um novo *campus* para uma universidade ou um instituto federal — não sei ao certo. É preciso saber quantas pessoas serão atendidas, quem serão os beneficiários, quantos jovens vão se formar em cada uma das instituições que nós vamos abrir, quantos jovens estão sendo formados nas instituições que já existem, qual é a relação aluno/professor. A qualidade do gasto público deve ser observada, e eu tenho certeza de que V.Exa. se debruçará sobre isso também.

Eu compreendo que houve avanços do ponto de vista da previsibilidade no regime fiscal votado aqui, nas medidas econômicas que nós estamos votando aqui na Câmara e no Senado. Hoje, vamos votar a tributação dos fundos fechados, vamos votar a tributação das *offshores*. Ora, tributar quem não é tributado é uma questão de justiça. Não pode o assalariado pagar imposto, enquanto quem participa de fundo fechado, tendo investimento fora do País e gerando oportunidade de investimento lá fora, não contribui com nada, não é tributado, embora viva no Brasil e goze dos serviços públicos. Não há justiça tributária se quem ganha milhões não é tributado, e quem ganha salário mínimo é tributado. Então, nós estamos enfrentando temas estruturais.

Eu tenho certeza de que o Deputado Bohn Gass, que é o nosso Relator, tem a compreensão de que o Congresso precisa abraçar o pacto que está desenhado no Plano Plurianual, porque ele foi estabelecido a partir de agentes técnicos das



mais diversas áreas do Governo e de diálogo com a sociedade civil. Portanto, esse pacto merece apoio da Câmara e do Senado.

Eu cumprimento V.Exas. e manifesto meu apoio ao brilhante trabalho do ilustre Deputado Bohn Gass.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Odair Cunha.

Os próximos inscritos são o Deputado Icaro de Valmir e o Deputado Dorinaldo Malafaia.

Eu passo a palavra ao Deputado Icaro.

O SR. ICARO DE VALMIR (PL - SE) - Muito obrigado, querido Presidente Deputado Bohn Gass.

Não vou fazer nenhuma pergunta. Quero apenas parabenizar o ilustríssimo Ministro Márcio Macêdo e a Ministra Simone Tebet por esse trabalho incrível que vêm fazendo.

Eu participei da discussão do PPA em Sergipe, onde nossa caravana foi muito bem recebida.

Parabenizo o grande amigo Valadares Filho, que está aqui ao meu lado.

Também quero saudar os agentes comunitários de saúde e os agentes comunitários de endemias presentes, parabenizando esse pessoal maravilhoso pelo dia deles e por essa luta incrível que eles vêm fazendo. (*Palmas.*)

Uma mostra da participação desse pessoal é que eles tiveram mais de 95 mil votos dentro do plano que vem para esta Casa. Nós sempre estaremos a favor de todo esse pessoal por essa luta incrível que eles vêm fazendo. Eu tenho que dar meus parabéns a eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Agradeço ao jovem Deputado Icaro de Valmir, que está de parabéns por participar tão ativamente da política. Obrigado pela presença, pelo prestígio à Comissão Mista de Orçamento,



pelo respeito aos nossos visitantes e ao projeto que o nosso Governo, representado aqui por Simone Tebet e Márcio Macêdo, está apresentando.

Deputado Dorinaldo Malafaia, nosso Vice-Líder no Congresso Nacional, vamos ouvi-lo agora.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) - Obrigado, Presidente e Relator Deputado Bohn Gass. Fiquei muito feliz ao saber que V.Exa. está à frente dessa missão, pela sua sensibilidade social e seu grande senso de justiça social. Ter um Parlamentar com essas características na condução da peça orçamentária é muito importante para todos nós.

Parabenizo os agentes comunitários e os agentes de endemias neste dia importante. Eu não conheço uma categoria mais aguerrida do que os agentes comunitários e os agente endemias. É a que mais frequenta os corredores da Câmara e do Senado. Tive oportunidade de presidir o sindicato da saúde no Amapá durante 6 anos, e nós lutamos muito ao lado dos agentes de endemias para garantir, por meio da Emenda nº 51, a entrada de muitos servidores no quadro das Prefeituras. Essa foi uma luta muito importante. O Presidente Lula agora reconheceu os agentes de endemias como parte do Sistema Único de Saúde — isso não havia, não existia. Essa medida é muito importante, porque garante também a possibilidade de concurso público. É um avanço. Esses lutadores estão permanentemente nos corredores, nas Comissões, nos gabinetes, lutando pela sua dignidade. Eu queria parabenizá-los. Sou enfermeiro de profissão e quero parabenizá-los por essa luta permanente que a categoria tem feito.

Quero parabenizar também a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio por seu trabalho. Acompanhei o Ministro Márcio no Amapá e testemunhei o seu diferencial, que é ouvir a população. O que está se apresentando aqui nada mais é do que um exercício democrático muito forte que tinha sido abandonado.

Deputado Bohn Gass, faço questão de trazer um pequeno estudo sobre como foi o PPA anterior e como é este. É fundamental, primeiro, que a população esteja muito atenta para isso.



O que é o PPA? Esse processo complexo de discussões orçamentárias é uma bula, é um guia, é uma bússola do Governo, porque diz exatamente o que nós queremos no final desta gestão e o que podemos fazer até o final dela. Eu imagino que o elemento principal deste PPA é trazer a população para debater, reforçando a democracia. Ao comparar o que foi feito anteriormente, no Governo anterior, no Governo passado, e o que é feito agora, a principal conclusão é que os elementos democráticos foram retirados do PPA anterior, ou seja, a democracia desapareceu do orçamento. Os elementos democráticos desapareceram do orçamento. Então, para se ter uma ideia disso, vou fazer uma breve comparação.

O que desapareceu? Houve esvaziamento dos programas pró-democracia na gestão do Bolsonaro. O recurso para "Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública" caiu de 213,2 milhões de reais previstos, em 2018, para zero. As ações do programa "Formulação e Desenvolvimento de Capacitação para Participação Social" também desapareceram, ou seja, a democracia foi a zero. O investimento na participação social saiu de 8,3 bilhões de reais para zero, de 2018 a 2020/2021. A estimativa de valores para o "Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo" saiu de 1,6 bilhões de reais, em 2018, e foi para zero. As ações do programa ficaram com menos dinheiro, porque a ação finalística saiu de 38,1 milhões para 14,2 milhões, de 2018 para 2021. "Estudos de Levantamentos Geocientíficos no IBGE", que é algo fundamental para entendermos o tamanho e as necessidades do povo brasileiro, para determinarmos o investimento a ser feito, saiu de 5,9 milhões para 1,4 milhões. "Gestão de Documentação e Disseminação de Informações no IBGE" caiu de 6,3 milhões para 1,3 milhões. "Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos", que é o investimento no servidor, saiu de 7,2 milhões para 4 milhões. Os valores previstos pela Presidência da República para "Comunicação para o Desenvolvimento e Inclusão à Democracia" caíram de 96,5 milhões em 2018 para 88,9 milhões em 2019, e depois chegou a zero. Esses são dados tirados dos



Projetos de Lei Orçamentária Anual — PLOA de 2018, 2019, 2020, 2021. São dados.

Eu queria dizer com isso que nós temos uma diferença concreta, que é o restabelecimento de um espaço democrático ao ouvir a população. Isso é fundamental, porque a população é muito sábia. O Ministro Márcio nos mostrou aqui — olhe a sabedoria popular — que a primeira preocupação da população é o enfrentamento à emergência climática. Nós estamos vivendo um problema relacionado a isso lá na Amazônia, estamos vivendo a maior crise climática e seca que já vimos na região. A população há meses apontava nesse sentido. A população também aponta preocupação com a atenção primária e a atenção especializada.

Peço a V.Exas. que se concentrem em dois pontos específicos sobre a Amazônia. O primeiro é a necessidade de investimento para fortalecer a vacinação. O vírus sincicial respiratório acometeu muitas cidades na Amazônia, principalmente no Amapá, o que elevou o nível de mortalidade ao extremo. Então, o investimento nessa área é importante para todos nós. O outro ponto também tem a ver com crianças, principalmente na Amazônia: a malária. Nos debates sobre a Amazônia, pouco se fala sobre a malária. O investimento no combate à malária é em torno de 0,08% do total de recursos que vão para o SUS. Nós precisamos avaliar por que existe esse déficit tão grande. As pessoas ainda sofrem com a malária na Amazônia, principalmente as crianças. As crianças acometidas por malária têm mais dificuldade na aprendizagem, e essa situação é muito preocupante. Eu queria agregar esses pontos, para garantir investimento nessas áreas na peça orçamentária.

Muito obrigado e parabéns.

Esse é um PPA democrático. Quem votar contra ou quem reformular no sentido contrário estará votando contra a população, porque foi a população que disse para onde quer que vá o dinheiro, para onde quer que vá todos os investimentos. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Dorinaldo Malafaia.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (Bloco/PT - MG) - Cumprimento o Deputado Bohn Gass, que é o Relator do orçamento nesta Comissão, e todos os meus colegas Deputados e Deputadas que estão participando da reunião.

Cumprimento também os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias presentes aqui, nessa luta, nessa reivindicação justa deles e delas, sobretudo, porque é uma categoria majoritariamente de mulheres. (*Manifestação na plateia.*)

Tanto a Ministra quanto o Ministro sabem que a nossa agenda de terças-feiras e quartas-feiras é intensa, mas fiz questão de estar presente para cumprimentar o Ministro Márcio Macêdo, que é nosso companheiro e colega, e a Ministra Simone Tebet, que é Senadora.

Tenho satisfação e alegria por ter acompanhado esse PPA participativo.

Ministra, eu sou da turma mais velha, do início do nosso partido, quando fazíamos, com muita força, o orçamento participativo nas cidades. Essa era uma bandeira do nosso partido, e V.Exa., que é política, sabe disso. Agora, vemos o nosso Governo Federal resgatar o PPA participativo, o orçamento participativo.

Acompanhei a plenária de Belo Horizonte, onde V.Exa. estava, e fiquei muito feliz de ver sua apresentação. V.Exa. falou com o coração sobre o pedido do Presidente Lula para construir uma proposta de participação popular que pudesse refletir no orçamento a vontade do povo brasileiro. E parece que quase 80% das propostas aprovadas do PPA vieram das plenárias, sejam presenciais, sejam *on-line*.

Então, eu queria parabenizar V.Exa. pelo trabalho, que é mais técnico, no Ministério do Planejamento, com a contribuição da Secretaria-Geral para a mobilização social. Fizeram uma dupla perfeita para garantir o orçamento com a



participação popular, com a participação da sociedade brasileira em geral, refletindo a vontade do povo brasileiro.

Companheiro Deputado Bohn Gass, Ministra e Ministro Márcio, uma das nossas prioridades em Minas Gerais, no meu mandato, é a educação. Nós ainda temos uma dívida muito grande com o Estado. Nos primeiros Governos do Presidente Lula e no mandato da Dilma, conseguimos instituir alguns *campi* de universidades federais e de institutos federais, mas eles ainda precisam ser consolidados. Alguns *campi* precisam de sedes, quadras, restaurantes universitários, que ainda não foram construídos. Esse é o caso, por exemplo, em Teófilo Otoni, cujo *campus* busca sua emancipação. Em Governador Valadares, que é a minha cidade, existe um *campus* avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora, cidade que fica a 450 quilômetros. Valadares tem hoje quase 4 mil alunos e 10 cursos, mais do que muitas universidades, mas não tem uma sede, todos os prédios são alugados. A nossa bandeira é conseguir a emancipação do *campus* e a construção da sede, que foi iniciada no primeiro Governo do Presidente Lula e que durante esses anos todos ficou parada. Precisamos agora retomar essa sede. Nós estamos em contato com o Ministério da Educação, temos resultados positivos lá, com o Ministro Camilo e com a Secretária Profa. Denise, mas, com certeza, vamos precisar de recursos do orçamento.

Eu quero reforçar essa reivindicação, porque investir em educação é investir em uma das políticas públicas mais democráticas que existem. Quando a pessoa estuda, as condições se igualam. Sejam pobres, sejam ricos, se as pessoas estudam, as condições delas se igualam. Portanto, essa é uma política democrática.

Deputado Bohn Gass, reforço também a educação no campo, já que estamos na Frente Parlamentar Mista pela Educação do Campo. V.Exa. sabe muito bem como é importante investirmos na metodologia de alternância.

Quero deixar aqui esses pontos fundamentais para garantirmos recursos no orçamento do nosso Governo e no nosso próximo mandato.



Parabenizo V.Exas., Ministra Simone Tebet e Ministro Márcio Macêdo, pelo seu trabalho. V.Exas. podem contar conosco aqui no Parlamento e lá no Estado de Minas Gerais para implementar esse orçamento participativo no País, sobretudo em Minas Gerais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Leonardo Monteiro.

Nós recebemos da Secretaria duas inscrições: do Deputado Alencar Santana e da Deputada Marussa Boldrin. Se outro Deputado quiser se inscrever, pode dirigir-se à Secretaria.

Tem a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Sr. Presidente Bohn Gass, cumprimento e parabenizo V.Exa., que é Relator do PPA, por esta audiência pública.

Cumprimento também a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, e os parabenizo por essa construção coletiva social que fizeram, dialogando com o povo nos diferentes Estados.

Públicos diferentes trouxeram suas contribuições para que a peça do PPA pudesse ser apresentada a esta Casa. Ela é um retrato não de uma vontade, de um desejo especificamente da equipe de qualquer um dos Ministérios, mas expressa um pouco a vontade extraída dessas audiências. Eu acho que isso, sem dúvida, é um forte ganho para o Brasil, para este Governo que se inicia e para a sociedade como um todo, porque fortalece também o processo democrático e de construção de uma lei. Sem dúvida, essa lei servirá de baliza para os próximos 4 anos, mesmo que ela possa, eventualmente, ter algumas de suas metas alteradas por outra lei anual, que é a lei orçamentária. Acho que essa é uma importante inovação, porque dá maior dinamismo ao conceito do PPA. As equipes, o conjunto do Governo também já mostrou aquilo que deseja, aquilo que quer, a partir de programas novos e de alguns programas que foram relançados: a retomada de



obras paradas, o PAC, o programa Minha Casa, Minha Vida, o programa Mais Médicos, na área da saúde, que vai, sem dúvida alguma, garantir atendimento a pequenas comunidades, regiões centrais e locais periféricos, e outros programas que foram relançados. Eles são importantes por quê? Porque vão permitir que algumas metas ao longo desse tempo possam ser cumpridas.

A Ministra disse muito bem que, além de ser uma peça que expressa uma vontade, estamos tratando de produzir algo lá na frente. Esse é o resultado que deve ser avaliado, seja com a ampliação do acesso à educação pública, seja com a redução do desemprego, que eu acho uma meta muito importante, porque mexe com a vida das pessoas, com o dia a dia do povo trabalhador, porque é um retrato de como a economia estará. E nós sabemos a importância disso.

O Deputado Leonardo falou da importância do ensino tecnológico dos institutos federais na vida de muitos estudantes e de muitas estudantes. Sem dúvida alguma, se conseguirmos ampliar essa rede e fazê-la chegar a tantos outros Municípios, será uma grande conquista para todos nós. Em relação à questão climática e à sustentabilidade do meio ambiente, há uma meta de reduzir o desmatamento, que o Governo já está cumprindo, e vamos avançar em outras políticas...

Já acabou meu tempo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Ainda não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Eu vi o zero na minha frente agora.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - V.Exa. já usou os 5 minutos

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Não estava marcando. Eu vi o zero só agora e me perguntei: já?



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Mas conclua o seu raciocínio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) - Enfim, precisamos avançar na questão ambiental e em tantas outras metas colocadas por esse processo participativo que V.Exas. acompanharam, Ministra Simone e Ministro Márcio Macêdo.

Isso demonstra também, no caso da Ministra do Planejamento, a transparência de um Governo que está dizendo: *"Eu quero fazer isso e chegar a isso. E quero que vocês me avaliem ao final do trabalho"*. Isso lança um desafio também a todos os Ministérios, a todas as equipes, para dizer que a meta está colocada e é preciso alcançá-la. Esse resultado tem que ser produzido. Ao mesmo tempo, isso permite que a sociedade cobre de uma maneira muito mais objetiva. Então, parabenizamos todos da equipe.

Acho que o Congresso pode fazer e está fazendo a sua parte. Hoje, se as leis que vão entrar na pauta forem aprovadas, daremos mais um sinal positivo para a sociedade brasileira. É uma medida justa, do ponto de vista tributário, mas que tem um efeito econômico muito grande no País, porque permite que as peças orçamentárias sejam cumpridas e, conseqüentemente, tenham seus resultados. Então, não tenho dúvida de que todos nós aqui estamos com esse espírito e vamos trabalhar dessa maneira.

Parabéns mais uma vez, Deputado Bohn Gass, Ministra Simone e Ministro Márcio Macêdo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Alencar Santana.

A Deputada Marussa Boldrin, de Goiás, está com a palavra.

A SRA. MARUSSA BOLDRIN (Bloco/MDB - GO) - Obrigada, Deputado. Quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e pela relatoria. Não é simples,



não é fácil conduzir e mostrar a ideia de todos os Deputados e Senadores e do Governo.

Parabenizo a Ministra Simone Tebet. Tenho alegria em recebê-la novamente aqui na Câmara dos Deputados. Tenho um orgulho muito grande da sua liderança e da sua referência do nosso MDB, do qual faço parte e onde a senhora é uma grande referência. Fico feliz porque V.Exa. está despontando no Governo, porque é uma indicação do MDB que está fazendo sucesso junto do Governo do Presidente.

Ministro Márcio, obrigada pela presença. Tenho uma alegria muito grande em tê-lo conhecido recentemente. Eu já sabia da sua história e do seu comprometimento com o País. Queremos que o Brasil ande, caminhe, e agora com o PPA vamos dar encaminhamento a tudo isso.

Eu sou de Goiás, represento a agricultura, represento o agronegócio. Mas nós não estamos aqui apenas para um setor; estamos aqui para representar quem precisa em todo o Brasil e para mostrar para os outros países a importância do Brasil e a relevância da estrutura que nós temos aqui. Precisamos vender o nosso País cada vez melhor, mostrar o quanto nós somos competentes no que fazemos, graças à agricultura, à indústria, ao comércio. Para isso, o Governo deve dar encaminhamento para que cada um possa trabalhar. Se o Governo ajudar, nós sabemos que isso vai dar certo e nós teremos muito sucesso nos próximos anos.

Muito obrigada pela presença de todos vocês. Contem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputada Marussa.

Eu vou passar a palavra para o último inscrito — que bom que ele está conosco —, que é o Deputado Márcio Correa.

O SR. MÁRCIO CORREA (Bloco/MDB - GO) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Cumprimento a Ministra Simone Tebet, do meu partido.

Eu quero ser muito breve e não desfocar muito o tema.



Esta semana se noticiou muito o relatório de gastos do Governo e o rombo fiscal que houve nos últimos 8 meses. Eu acho que isso já estava previsto no Arcabouço Fiscal, mas a situação gera preocupação e insegurança. Vemos metas ousadas do Ministro para o próximo ano, como déficit zero. Sabemos que as despesas são rígidas dentro dessa meta, que poucas despesas ali podem ser remanejadas. Qual que é o plano do Governo para tratar dos gastos públicos? O Ministro apresentou um plano de aumento de arrecadação, que eu acho muito ousado. Mas esse plano de déficit zero já traz uma certa segurança para o mercado. Porém, nós não observamos um plano para corte de gastos. Onde seria feito o corte de gastos? Já estão previstas reformas, como a reforma administrativa. Dentro desse plano, os economistas dizem que é necessário haver um contingenciamento de 50 bilhões.

Eu queria que, de forma sucinta, a senhora pudesse passar para nós onde está previsto o corte de gastos do Governo para que consigamos diminuir a dívida fiscal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Márcio Correa.

Nós encerramos assim as falas de todos os Parlamentares que se inscreveram, e passaremos a ouvir os Ministros.

Ministros, tirem a fichinha para decidir quem fala primeiro. *(Risos.)*

Quero deixar registrada a presença do nosso sempre colega Deputado Altenir, que está ajudando na articulação com o Governo.

Seja sempre bem-vindo à nossa Casa. É uma satisfação encontrá-lo aqui.

A Ministra está com a palavra para comentar as contribuições que foram feitas aqui ou para apresentar outro elemento que queira.

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Agradeço a forma sempre gentil, calorosa e democrática com que sou recebida nesta Comissão,



independentemente de partido. Eu agradeço imensamente. Essa será a quarta de muitas visitas que ainda farei este ano.

Eu gostaria de começar respondendo a Deputada Marussa Boldrin, que representa a bancada feminina da Câmara e que é do meu partido, ao lado do Deputado Márcio Correa. Agradeço muito a pergunta, que está relacionada à preocupação do Deputado Zé Neto com a qualidade dos gastos. Essa é a preocupação também do Deputado Odair Cunha, que falou de indicadores e metas visando a qualidade de gastos e de investimentos. Para haver investimento, é preciso gastar bem o recurso.

O Deputado Dorinaldo Malafaia trouxe a questão de cortes equivocados feitos na gestão passada, e citou o exemplo do IBGE. Eu estava como Senadora da República e vi o estrago feito. Não se colocou recurso necessário para se fazer aquilo que é a base de tudo. Sem dados, não se sabe que Brasil somos, quantos somos, onde vivemos, como moramos. O IBGE traz essas respostas todos os anos e faz, a cada 10 anos, o censo demográfico. Mas, se não temos absolutamente nada, não podemos falar de qualidade de gasto e de investimento. Ao contrário, vamos arrecadar muito e gastar mal.

Agradeço imensamente ao Deputado Márcio Correa e, antes de responder a pergunta mais objetiva feita por S.Exa., quero responder ao Deputado Leonardo Monteiro, em relação ao *campus* da sede de Minas Gerais, e ao Deputado Zé Neto, sobre o *campus* de Feira de Santana.

O PPA permite a execução de investimentos na educação, que foi o segundo tema mais votado pela população brasileira como principal demanda. A prioridade número um é erradicar a miséria, diminuir a pobreza e a desigualdade social, a segunda prioridade é a educação básica, e a terceira, a saúde. Aprovado este PPA, é possível que o Congresso, no seu direito democrático e constitucional de fazer o orçamento brasileiro, direcione recursos para essas áreas. Como disse o Ministro Márcio, o PPA participativo não briga com a atribuição do Congresso Nacional. Muito pelo contrário, ele dá embasamento ao Congresso Nacional,



Deputados e Senadores, para formular e aprovar o orçamento federal brasileiro e, inclusive, investir mais recursos na educação, na execução de *campus*.

Respondo a pergunta do Deputado Márcio em forma de súplica: peço que me ajudem. Todos falaram em qualidade de gastos. Todos falamos em qualidade de gastos, mas, na hora de definir o que cortar e como cortar, vem a grande dificuldade.

O Deputado Márcio Correa foi muito feliz quando falou que o orçamento está engessado. É preciso pagar servidor público, Previdência, os pisos constitucionais. Quando sobra, apenas 6%, 7%, 8% vão para despesas discricionárias. É muito dinheiro, mas não estou dizendo que é o suficiente. Não é, mas é um recurso significativo, se nós garantirmos a qualidade dos gastos.

Saímos de uma pandemia muito machucados, com um *déficit* significativo. Nós aprovamos uma PEC que abriu espaço fiscal, no final do ano, de quase 170 bilhões de reais. Isso gerou um *déficit* para este ano de 2,3% do PIB brasileiro. O nosso objetivo é fechar este ano com metade desse *déficit*. Começamos o ano com déficit autorizado de 2,3% do PIB, o que daria algo em torno de 250 bilhões negativos... O valor correto é 240 bilhões. Desculpem, não os tenho de cabeça, mas é mais ou menos isso. Estamos tentando, ao máximo, fechar o déficit em 1,1%, 1,2%, ou seja, reduzi-lo pela metade neste ano, para cumprir a meta fiscal zero no ano que vem, com a banda de 0,25% negativo.

Essa é uma forma de, indiretamente, garantir qualidade do gasto, porque, se eu tenho que garantir meta, eu tenho que gastar bem o pouco que eu vou ter e direcioná-lo para as demandas que a população mais precisa; mas não é só isso — e V.Exa. tem toda a razão —, precisamos garantir a qualidade dos gastos. Já estamos avançando. Fizemos, pelo menos, três grupos de trabalho.

Na época do pagamento do Bolsa Família, lá atrás, ele representava mais ou menos 0,5% do PIB do Brasil. Hoje, ele representa três vezes isso. O problema não é gastar, porque este é um gasto necessário, não só porque alimenta as nossas crianças, as nossas famílias que passam fome, como também aquece a



economia local, gera mais emprego e mais arrecadação. Porém, é preciso avaliar, neste CadÚnico, neste cadastro único, se quem está recebendo realmente o merece, se não é o caso, por exemplo, de um trabalhador que recebe 3, 4 salários mínimos; de um parente de Vereador; de quem o recebe porque conhece o Prefeito da cidade.

Dentro dessa ótica, há um grupo de trabalho no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social avaliando se aqueles unipessoais, aquelas pessoas que, sozinhas, ganham 600 reais, que foram inseridas lá atrás, em 2021, 2022, realmente são pessoas aptas. Isso porque houve um salto de unipessoais, de uma pessoa só, ganhando 600 reais.

(Desligamento do microfone.)

A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET - Estou falando demais. O Márcio até já desligou o meu microfone.

Este é um número significativo. O Tribunal de Contas, salvo engano, avaliou-o em algo em torno de 3 milhões de famílias. Estamos avaliando isso.

A qualidade do gasto passa por corrigir erros e fraudes. Da mesma forma, há um grupo de trabalho para rever possíveis fraudes e erros no BPC, na aposentadoria de quem não tem direito à aposentadoria na Previdência — e não é pouca coisa. O Tribunal de Contas da União fala que, deste 1 trilhão da Previdência, poderíamos estar falando de 8% de erros ou fraudes.

Por fim, peço a ajuda das senhoras e dos senhores, de V.Exas., pois criamos, pela primeira vez na história, no nosso Ministério, uma secretaria de avaliação prévia, de avaliação de políticas públicas, de avaliação e monitoramento das políticas públicas no Brasil.

Vamos oferecer relatórios aos senhores a cada trimestre. Os senhores é quem decidem. V.Exas. têm o poder do voto, mas vamos mostrar aquilo que é eficiente e aquilo que não é eficiente.

Nós temos 400 bilhões de reais — estou falando números redondos; é um pouquinho mais ou um pouquinho menos — de renúncias fiscais, de benefícios



fiscais, todos os anos. O que é bom? O Super-SIMPLES? Sem dúvida nenhuma. O Bolsa Família? Sem dúvida nenhuma. Porém, quantas renúncias estamos fazendo, que não estão chegando lá na ponta, em forma de geração de emprego, de renda, de qualidade de vida?

Estamos fazendo esse tipo de levantamento. Temos um grupo de trabalho que tem 1 ano para apresentar esses relatórios para que, na vontade política nossa, do Governo e do Congresso Nacional, tomemos as decisões mais importantes para o Brasil. Não é fácil. É mais fácil até aumentar a arrecadação, de modo geral, e aprovar, inclusive, tributação — como está sendo votada agora a taxaço de *offshores* —, do que propriamente cortar gastos.

Em um País tão pobre, esta não é uma decisão tão simples, mas precisamos ter coragem. E coragem não nos falta para fazer isso, porque sabemos que, na pior das hipóteses, não falamos nem de cortes de gastos, mas de melhorar a qualidade do gasto, de tirar de quem não merece e está recebendo de forma justa, para dar a quem precisa, se nós conseguirmos virar essa chave e garantir qualidade dos gastos públicos, nós teremos, sem dúvida nenhuma, um novo Brasil.

Então, é dessa forma que eu encerro, agradecendo muitíssimo a forma carinhosa como somos sempre recebidos pelo Relator. O PPA não poderia estar em melhores mãos, mãos tão democráticas, tão generosas, tão abertas ao diálogo, como é o caso do Deputado Bohn Gass. Que bom que, nesse período do segundo turno, nós estreitamos as relações, e eu fiz grandes amigos nessa eleição. Porque é isto, democracia significa dialogarmos com os diferentes e nos somarmos àquilo que nos une.

Antes de passar a palavra ao Ministro Márcio, eu quero dizer claramente que eu estou muito feliz de ver o Brasil indo para um momento de pacificação, tendo como exemplo esta audiência, independentemente de partido e da forma como fomos tratados. É disto que nós precisamos: unir o Brasil em torno daquilo que



mais nos interessa, que é a população brasileira. Aquilo que nos une é infinitamente maior.

Quero muito dirigir a palavra especialmente aos mais novos. Tenho idade para ser mãe da Marussa ou a irmã muito mais velha. Quero dizer o seguinte, como quem tem mais de 30 anos de vida pública: neste momento, aquilo que nos une, independentemente de partido, é infinitamente maior do que aquilo que nos separa. *(Palmas.)*

O que nos une é o povo brasileiro. O que nos une é o combate à miséria, à desigualdade, à fome. O que nos une é ver um pai de família com carteira de trabalho e ter orgulho de dizer que sustenta a família com suor do seu trabalho.

É nesse sentido que eu me apresento aqui e passo a palavra ao nosso generoso Ministro Márcio Costa Macêdo.

O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - A voz da Ministra Simone Tebet, das mulheres emponderadas, é tão potente, e veio com 61% da participação das mulheres no PPA, que eu nem percebi a indelicadeza acidental que cometi aqui ao desligar o som de S.Exa. Desculpe-me.

Eu quero agradecer, Deputado Bohn Gass, o convite. V.Exa. está tendo a tarefa agora de coordenar esse debate na Câmara dos Deputados, como Relator da Comissão Mista de Orçamento, do PPA, que é uma tarefa gigantesca. Eu quero agradecer-lhe o convite, pela possibilidade de debatermos e apresentarmos a peça do planejamento participativo na Casa do Povo do nosso País. Quero agradecer também a oportunidade que V.Exa. me deu de visitar a minha sempre Casa, onde eu tenho grandes amigos, a Casa do nosso povo, a Câmara dos Deputados.

Eu tenho muito orgulho de ter passado por aqui, ter tido dois mandatos de Deputado e ter contribuído como Parlamentar para o meu País. Então é sempre motivo de alegria estar aqui.



Quero agradecer aos Deputados e às Deputadas que passaram por este debate hoje. Quero cumprimentar e agradecer a qualidade das intervenções que aqui foram feitas, independentemente de qualquer matiz ideológica.

Eu quero cumprimentar e agradecer ao Deputado Vicentinho Júnior pela sua intervenção; aos Deputados Zé Neto, Odair Cunha, Icaro de Valmir, Dorinaldo Malafaia, que fez aqui um comparativo importante, que eu quero incorporar às minhas futuras apresentações do PPA Participativo. É muito importante o comparativo que S.Exa. fez aqui.

Quero cumprimentar o Deputado Leonardo Monteiro e agradecer ao Deputado Alencar Santana a intervenção. Quero cumprimentar a Deputada Marussa Boldrin, o Deputado Márcio Correa e a Deputada Maria do Rosário, que se incorpora a esta audiência.

Deputado Leonardo Monteiro, a educação foi um dos temas prioritários do PPA Participativo. O povo identificou a importância da educação na peça orçamentária para os próximos 4 anos.

Quero dizer ao Deputado Alencar Santana que o povo, na sua sabedoria, também elencou como prioridades emprego, renda, enfrentamento ao desemprego, citado por V.Exa. Essa construção foi coletiva e, por si só, é transparente pelo processo de participação intensa da sociedade brasileira.

Deputada Marussa Boldrin, eu sou um daqueles que não vejo nenhuma contradição entre agronegócio e agricultura familiar. O agronegócio é muito importante, fundamental para o PIB brasileiro, para a balança comercial favorável do nosso País, para colocar o Brasil no mundo, com exceção soberana. A agricultura familiar é responsável por levar 70% da comida às mesas dos brasileiros. Essa dicotomia é de um tempo que nós queremos nos esquecer, de intolerância, de ódio, de violência. Essa página tem que ser virada no Brasil. Agora, nós estamos escrevendo uma página de união, reconstrução, amor, prosperidade, respeito às divergências e tolerância. *(Palmas.)*



Este é o Brasil! O Brasil não é um país do ódio, tem a tradição de ordeiro, trabalhador, alegre, feliz, que faz o São João, o carnaval, o bumba meu boi, onde há futebol. O País não é de tristeza, de violência, de perseguição, de ódio, mas de alegria, de trabalho ordeiro e de uma gente generosa.

Eu quero finalizar com uma frase que eu disse, quando nós entregamos o PPA, do Presidente Lula, que marcou minha vida. Eu coordenei as caravanas do Presidente Lula pelo Brasil, num momento muito delicado da nossa história, especialmente de todos nós que estamos compondo o Governo democrático popular do País. O Presidente Lula, em uma dessas andanças, na estrada — eu não lembro exatamente onde, mas estávamos no Nordeste, rodando de ônibus o Brasil, por 30 dias —, disse que o coração sente e os olhos veem onde os pés pisam.

Nós pisamos o chão deste País. Eu, a Ministra Simone Tebet e a equipe, junto com o povo, vimos e sentimos as dores, as necessidades, os desejos, as vontades do nosso povo. Essa peça orçamentária que está na Câmara dos Deputados para a apreciação constitucional dos Deputados e das Deputadas, do nosso Congresso Nacional, que tem a prerrogativa fundamental de discutir, votar e aprovar, tem o retrato do Brasil, profundo, real, com os sabores, os saberes e os sotaques da nossa gente.

Bom trabalho a V.Exas!

A bola está com o Congresso Nacional. Façam um bom debate, cumpram o papel constitucional e saibam que aqui é um planejamento participativo do Governo do Presidente Lula, dos Governos Estaduais, das Prefeituras, dos movimentos sociais organizados e do povo do nosso País.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, pessoal.

Antes de encerrarmos, peço um minutinho para anunciar a presença do meu querido colega, sempre Deputado, que nos está dando assistência, Valadares Filho. Quero só saudar o Valtenir e o Valadares.



O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - Bohn Gass, V.Exa. me permite interromper?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu preciso só dar 1 minutinho à Deputada Maria do Rosário, para fazer uma mensagem final, mas, por favor.

O SR. MINISTRO MÁRCIO COSTA MACÊDO - Quero somente agradecer tanto ao Valadares Filho quanto ao Valtenir. Nós fomos Deputados juntos aqui. Valadares, agora na Assessoria Parlamentar da Secretaria-Geral, e Valtenir, lá na SRI — Secretaria de Relações Internacionais, foram fundamentais nesse processo que mobilizou os Parlamentares nos três níveis da Federação, no País inteiro, para fazer o debate conosco.

Então, obrigado, queridos.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu fiz esse registro merecidamente porque eu vi o trabalho deles aqui.

Pessoal, a Deputada Maria do Rosário — falou-se muito de mulher — é uma mulher integrante da Mesa Diretora da Casa e está coordenando nesta semana um conjunto de eventos dos 35 anos, Ministra Simone Tebet e Ministro Márcio Macêdo, da nossa Constituição de 1988.

Então, com muita honra, passo a palavra a V.Exa. neste momento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - Muito obrigada, meu colega, Deputado Elvino Bohn Gass, Relator do PPA. É um prazer imenso estar aqui. Muito obrigada mesmo.

Prezada Ministra Simone Tebet, Ministro Márcio Macêdo, colegas Parlamentares, com muita alegria, sentindo-me honrada, passo às mãos de vocês a edição atualizada da Constituição Federal, uma edição comemorativa aos 35 anos, que leva na capa o nosso querido Parlamentar Ulysses Guimarães, Presidente que denominou esta Constituição de Constituição Cidadã, porque ela conjuga, Ministro Márcio Macêdo, a dimensão da democracia representativa e participativa.



Ela é fruto da sabedoria e da síntese de um País, de uma Nação que quis, desejou fortemente superar o tempo difícil, a noite difícil da ditadura e construir a democracia. E nessa democracia tem que ter lugar para as mulheres, tem que ter lugar para a participação, para as crianças, para os jovens, para todas as pessoas.

Então, neste momento, quando o Governo Federal implementa também uma forma participativa e que foi a todo o Brasil com o PPA Participativo, aqui da Câmara dos Deputados, nós queremos saudar, homenagear essa atitude, decisão política, para reafirmar que só pelo caminho da democracia é que o Brasil pode chegar ao desenvolvimento.

Eu tenho certeza de que, entregando nas mãos de vocês esta Constituição, que já tem 129 emendas, mas que não foi descaracterizada, porque os Constituintes e as Constituintes tiveram a sabedoria de nos legarem cláusulas pétreas, como o Estado Democrático de Direito, a paz, os direitos humanos e a igualdade entre homens e mulheres, entre tantas outras questões, inclusive as previstas no art. 5º, como a inviolabilidade da pessoa humana, as garantias e direitos individuais, eu digo a vocês, com certeza, que hoje vocês são Ministros de um Governo democrático, que trata da Constituição com amor ao povo.

Tomara que, no próximo ano — já vai aqui uma ideia —, cada criança, através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, Ministra Simone, Ministro Márcio — tomara o Ministro Camilo nos escute —, possa receber junto com seus livros uma Constituição para chamar de sua — ela, sua família, todo o Brasil.

Ao contrário do que o 8 de Janeiro pretendeu, nós aqui reafirmamos, como instituições, que somos o 5 de outubro, o 5 de outubro de 1988 renovado agora.

Viva a democracia! Viva a Constituição!

Vou levar para V.Exas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado.

Pessoal, só um aviso agora para nós encerrarmos juntos aqui.



Ministros Simone e Márcio e colegas Deputados, esse PPA foi recheado com isso que V.Exas. ouviram. A bola está conosco aqui agora. E nós estamos recebendo muitas contribuições que já estão dentro desse processo aqui. Para encerrar, eu preciso dizer que nós vamos continuar aprofundando o assunto.

Eu quero convidar V.Exas. para as próximas reuniões, porque a aprovação que nós fizemos na CMO agora são de três audiências públicas para aprofundarmos cada um dos eixos. A primeira será sobre desenvolvimento social; diminuição das desigualdades; respeito aos direitos humanos. Nós vamos ter uma sessão específica sobre esse tema com especialistas, Ministros da área, sociedade civil, em outro momento. Depois, teremos outra audiência pública, já aprovada aqui nesta Comissão, sobre desenvolvimento econômico; geração de renda; emprego; trabalho — a neointustrialização neste País, como é que vai ser —; estabilidade; sustentabilidade, toda a geração de descarbonização, enfim, o processo de produção energética de que nós precisamos no País. Será o segundo o grande evento. A terceira será sobre democracia, reconstituição do Estado e soberania.

Então, nós vamos fazer realizar essas três audiências, além das outras que estamos fazendo, recebendo pessoas e entidades a todo momento para falarmos sobre o PPA. Será um grande trabalho nesses próximos 2 meses. Participem conosco e contribuam, porque, quando o Lula falou que o povo tem que estar no orçamento, e os ricos, no Imposto de Renda, Ministros, temos que ajudar e contribuir para que o povo tenha recursos e dinheiro para poder efetivar o que nós queremos para o nosso País.

Então, é esse o debate salutar que nós estamos fazendo.

Muito obrigado. Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente audiência. (*Palmas.*)